

O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos

Mariany Gregório

Graduanda de Ciências Sociais na UFSC e integrante do colegiado do Memorial Brasileiro dos Direitos Humanos - MBDH/UFSC.

marianygregorio@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo apresenta um panorama sobre a história do sindicalismo brasileiro, destacando o período compreendido entre os governos de Getúlio Vargas e a ditadura iniciada pelo golpe de 1964. Destacam-se períodos como as décadas de 1950 e 1960, sobretudo no decorrer do Governo Goulart (1961-1964), como uma espécie de apogeu do sindicalismo, bem como lutas de resistência à ditadura civil-militar, especialmente em 1968.

Palavras-chave: Sindicalismo brasileiro. Golpe de 1964. Ditadura civil-militar.

Introdução

No início da década de 1960, surgiram diversos partidos e organizações de esquerda no Brasil. O partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922, apesar da ilegalidade, vivia nesta época seu apogeu, exercendo influência em diversos ramos da luta sindical com suas propostas nacional-reformistas. A proposta do PCB, comumente designado partidão consistia na busca da implantação da revolução burguesa no Brasil, o que, na doutrina do partido, seria uma etapa necessária para a emancipação da classe trabalhadora.

1. O Paternalismo de Vargas e a Política Trabalhista no Brasil

A luta dos trabalhadores brasileiros na busca pelos direitos elementares do trabalho teve início nas primeiras décadas da República Velha. Diversos congressos operários e manifestações grevistas reivindicavam melhoria salarial, redução da jornada de trabalho, estabilidade *etc.* Entretanto, no que diz respeito às conquistas no campo do Direito do Trabalho, a história dos trabalhadores brasileiros pode ser dividida em antes e depois da Revolução de 1930. “Resolveram enquadrar a luta de classes, elaborando leis e reformas. Nasce a partir daí a estrutura que é a espinha dorsal da organização sindical brasileira até hoje”. (LIMA, 1998, p.13).

O movimento “outubrista” não teve um caráter revolucionário na medida em que não alterou as bases da estrutura social. Consistia em um movimento acomodatório que estabelecia um equilíbrio de forças entre as antigas classes rurais e as novas classes urbanas, intensificando o poder das classes dominantes de modo que pudessem exercer um controle maior sobre as classes populares. A criação do Ministério do Trabalho como primeira medida trabalhista do governo Vargas revela a pretensão de implantar uma política renovadora, e não revolucionária. A partir daí tem início um grande período de atividade legislativa no campo do trabalho.

Os problemas do trabalho recebiam um tratamento totalmente diferenciado do da fase anterior, contribuindo dedicadamente para esfriar todos os impulsos revolucionários com que se poderia apresentar o movimento sindical. Aos poucos o governo Vargas cria os instrumentos de controle que se tornarão efetivos e absolutos a partir da consolidação do Estado Novo. Os sindicatos são declarados, por lei, como órgãos de colaboração do Estado. Estamos, pois, em um processo de descaracterização do sindicato como órgão de luta da classe operária, tornando-se organismos toleráveis, desde que contidos nos moldes do Ministério do Trabalho.

Com a implantação e consolidação do Estado novo, a partir de 1937, todas as organizações trabalhistas não oficiais foram dissolvidas sobre forte repressão. Era o fim do velho sindicalismo autônomo onde predominava o anarco-sindicalismo. Tem início um período de controle absoluto sobre a classe trabalhadora brasileira cujo fim coincide com o final da II Guerra. Em 1943 o governo Vargas cria a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), inspirada na Carta Del Lavoro, de Mussolini, regulamentando as relações entre patrões e empregados, em vigor até hoje.

2. Período Pós II Guerra e o Processo de Redemocratização

Com o fim da II Guerra, inicia-se no Brasil e em outros países da América Latina um processo de redemocratização. No período entre 1946 e 1964, o PCB representou a maior força de esquerda de inspiração marxista, com forte atuação no movimento operário e demais setores progressistas da sociedade, servindo como referência a toda organização de esquerda no Brasil. Em 1945, o PCB ganha a

legalidade, fato excepcional na história do partido e o Secretário Geral, Luiz Carlos Prestes, gozava do seu apogeu.

A burguesia nacional, entretanto, não se comoveu com a política de aliança de classes em nome do desenvolvimento industrial do Brasil pregada pelos comunistas e, inspirada em campanhas anticomunistas de outros países, a burguesia resolveu privar o PCB do oxigênio da legalidade e, em 1947, o governo Dutra tornava o partido novamente ilegal. Diante dos fatos, o PCB instrui os militantes a abandonarem os sindicatos oficiais e organizarem centros operários fora da estrutura submetida ao Ministério do Trabalho, mas a experiência foi infrutífera.

Em princípios de 1952, o partido determinava a dissolução dos centros operários e a volta dos comunistas aos sindicatos oficiais. Vinculando o trabalho dos sindicatos com a atividade nas fábricas, os comunistas restabeleceram suas ligações com a massa operária e puderam assumir funções de liderança no ascendente movimento grevista e nas manifestações populares. Também no ano de 1952, na cidade de São Paulo, formou-se o PUI (Pacto de Unidade Intersindical), durante uma campanha salarial dos vidreiros, metalúrgicos e têxteis.

As datas previstas para a reivindicação salarial destes três sindicatos eram próximas, entre março e abril daquele ano. A primeira iniciativa dos trabalhadores foi reunir os três sindicatos em assembléia. Este tipo de pacto era proibido, e as lideranças sindicais temiam a intervenção do Ministério do Trabalho, por isto as categorias se reuniram separadamente. A idéia era que os sindicatos elaborassem um acordo comum a ser encaminhado para o patronato. Assim nasceu o primeiro pacto de unidade sindical. No ano seguinte o pacto se estendeu a nove sindicatos e várias greves eclodiram, as famosas greves de 1953. O período de greves estendeu-se de março a abril daquele ano e a repressão policial foi fortíssima.

A greve de 1953 foi desenvolvida pelos sindicatos. Não houve ações espontâneas. Ela foi organizada a partir dos locais de trabalho por uma ação unitária do PC com outras correntes combativas que atuavam no movimento sindical, como por exemplo, os pecebistas. Houve influência getulista também, mas os comunistas souberam se compor com esta corrente nesse momento (LIMA, 1998, p. 32).

A ampliação das ligações entre comunistas e a massa operária produziram um resultado positivo na linha política. Os comunistas firmavam alianças com a ala

esquerda dos políticos trabalhistas, o que frutificou em vitórias significativas, como a conquista da direção de importantes organizações oficiais, por exemplo, a CNTI (Confederação dos Trabalhadores da Indústria e do Comércio) pela chapa da oposição, e o apoio na vitoriosa campanha de JK nas eleições de 1955.

Durante as décadas de 50 e 60, os regimes populistas eram comuns na América do Sul. Este consistia em uma política que fazia concessões aos sindicatos, mas procurando atrelá-los ao Estado através de uma aliança ligada a essas organizações. Os presidentes do período 1946-1964 jamais abdicaram do poder estatal sobre as lideranças sindicais. A política do PCB de sustentação de uma “união nacional” deixou os trabalhadores sem uma perspectiva de classe. Conseqüentemente, apesar de um contexto grevista importante, os trabalhadores ficaram submetidos ao mesmo sistema jurídico.

3. O Sindicato Brasileiro no Início da Década de 1960

O sindicalismo brasileiro chega à década de 1960, de certa forma, fortificado pelos pactos e alianças firmados na década anterior. Durante episódios políticos importantes do início dos anos sessenta, o movimento sindical, aliado a demais setores progressistas da sociedade brasileira, atuou de forma relevante nos rumos das decisões políticas nacionais.

Em 1961, Jânio Quadros renuncia após sete meses de mandato sem qualquer justificativa plausível. Jânio pretendia com este gesto que os ministros militares impedissem a posse do então vice-presidente João Goulart e se unissem ao clamor popular exigindo seu retorno. A estratégia falhou. Diante da renúncia de Jânio e a ausência de Jango, o Congresso Nacional, no dia 25 de agosto de 1961, dava posse ao presidente da Câmara Ranieri Mazzilli. João Goulart estava na China, e as notícias diziam que os militares impediriam sua posse, sob a ameaça de detê-lo assim que pisasse em solo nacional.

Em 28 de agosto, os ministros militares encaminhavam a Câmara um documento onde sem qualquer justificativa era vetada a posse de João Goulart. Os sindicatos, somados a políticos democráticos, militares nacionalistas e outros setores populares,

saiam as ruas para defender a posse de Goulart e conseguiram evitar, em 1961, um golpe de Estado nos moldes daquele que seria perpetrado em 1964.

A greve geral pela posse de Jango foi convocada por essas forças do movimento sindical (o CGT). De Norte a Sul do país, resolvemos exigir a posse do vice-presidente. A greve só durou 24 horas porque logo se abriram as negociações e os generais mais recalcitrantes perceberam que o Exército se dividiria, e que um clima de guerra civil logo se alastraria cujo resultado era duvidoso para eles (LIMA, 1998, p.69).

Impedidos de aplicar o golpe militar em 1961, os partidos conservadores tramaram um golpe político. Era a chamada “solução de compromisso”: uma emenda constitucional que instituiu o regime parlamentarista no Brasil. O parlamentarismo àquela altura não se apresentava como uma solução política necessária, pois que o crescimento da participação popular e a ampliação dos setores políticos nacionalistas criavam condições favoráveis para o regime presidencialista.

Em 1 de maio de 1962, no discurso de Volta Redonda, o presidente João Goulart provocou a ira dos conservadores ao criticar a forma como o gabinete de ministros, presidido por Tancredo Neves, estava lidando com a Reforma Agrária e ao propor uma alteração em um artigo da carta de 1945. Este discurso marca os primeiros esforços do presidente no sentido da realização das Reformas de Base e marca o início da luta pela definição da data de um plebiscito que decidiria pelo fim ou não do regime parlamentarista no Brasil. Uma semana após o discurso, todo o gabinete de ministros se demite.

A composição de um novo gabinete consistia em uma tarefa delicada para o presidente Jango. Os partidos conservadores uniam-se para rejeitar a indicação do pedetista San Tiago Dantas, temendo que este apoiasse Jango na realização das Reformas de Base e na luta contra o parlamentarismo. Jango viu-se obrigado a pedir ajuda ao PSD, indicando um segundo nome para a presidência do segundo gabinete de ministros: Auro Soares de Moura Andrade. Esta medida desagradou profundamente os setores sindicais que defendiam a composição de um gabinete de ministros nacionalistas e democráticos.

Diante dos fatos, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) decretou greve geral em todo o país prevista para o dia 05 de julho. No dia 04, Andrade renuncia. A despeito da renúncia e dos apelos do presidente João Goulart, a greve não cessa, pois

que também estava em pauta a reivindicação da lei do 13º salário. Na Guanabara, os grevistas receberam o apoio do I Exército. Esta greve pode ser considerada a maior já realizada no Brasil. Após sete dias, como consequência das negociações, Jango sancionava a lei do 13º salário, maior reivindicação dos grevistas.

Em São Paulo houve várias manifestações. O abono foi debatido e aprovado em assembléias e congressos dos trabalhadores. Começamos a encaminhar as reivindicações aos patrões nas postulações salariais. O pedido do 13º salário passou a ser ponto obrigatório em todas as pautas salariais enviadas ao patronato. Aliás, o Banco do Brasil já pagava este abono na prática. Era um bom argumento para reivindicarmos os benefícios para todos os trabalhadores. É claro que, num primeiro momento, os patrões não aceitaram sequer discutir o problema nas mesas redondas da Delegacia Regional do Trabalho ou no Tribunal Regional do Trabalho, quanto mais tratar do assunto no âmbito das empresas. Mas o movimento de massa foi muito grande. A pressão foi de baixo para cima. Colocamos o 13º salário na ordem do dia nas assembléias dos sindicatos e dentro das empresas (LIMA, 1998, p.53).

Cessada a greve, o presidente reuniu-se com as principais lideranças sindicais a fim de decidir quem presidiria o segundo gabinete de ministros. O nome de Brochado da Rocha foi aprovado. O segundo gabinete tomou duas medidas importantes para o movimento sindical. A primeira foi encaminhar ao Congresso um projeto de lei visando antecipar a data do plebiscito que decidiria pelo retorno ou não do presidencialismo. O projeto não foi aprovado, o que levou o CGT a decretar nova greve geral. Esta greve não tomou as proporções da primeira, mas também foi vitoriosa, pois que, como consequência, o plebiscito teve a data marcada para 06 de janeiro de 1963. A greve reivindicava também a aprovação da Lei de Remessa de Lucro e o reajuste do salário mínimo em 100%, mas, diante dos apelos do governo, parou.

A segunda medida importante do gabinete de Brochado da Rocha consistiu em uma mensagem enviada a Câmara, na qual solicitava que o gabinete pudesse legislar através de decreto sobre as Reformas de Base, a lei de Remessa de Lucro, regulamentação do direito de greve, etc. Os conservadores se uniram para rejeitar a proposta. Prevendo a derrota, Brochado da Rocha se demite. O poder, contudo, já está efetivamente nas mãos do presidente.

Já de volta ao presidencialismo, em 1963, o país atravessava uma crise típica de países capitalistas subdesenvolvidos. Como proposta de solução para o impasse foi desenvolvido o Plano Trienal (1963-1965), elaborado por Celso Furtado e San Tiago Dantas. O CGT lança um manifesto contra o plano em 1963, pois que mantinha intocados os lucros dos capitalistas enquanto pedia a classe trabalhadora que se

submetesse a um sacrifício ainda maior e deixasse de pressionar pelo aumento de salários. O fracasso do plano e seu caráter antipopular evidenciaram-se em pouco tempo. O país não cresceu e a crise aumentou.

3.1. As Reformas de Base

Fortes motivos econômicos e sociais exigiam a realização de diversas reformas: bancária, fiscal, eleitoral, educacional, urbana *etc.* Entre elas a que provocou maior discussão: a Reforma Agrária. Por um lado era necessário aumentar a produção agrícola para suprir a demanda da população urbana; por outro, a eminência de convulsões sociais exigia uma melhor distribuição das terras. Apesar de não ter nenhum sentido revolucionário, a Reforma Agrária proposta por Goulart tornou-se alvo das críticas dos conservadores. Além do que, as demais propostas, como a educacional e a eleitoral, ameaçavam a hegemonia das forças conservadoras no poder.

Buscando o apoio do PSD na realização da Reforma Agrária, Goulart faz modificações no anteprojeto, afastando-se dos políticos nacionalistas de esquerda e assim colocando-se entre as críticas de ambos os lados. Encurralado, o governo tenta decretar Estado de Sítio, na tentativa de evitar uma convulsão social com caráter de guerra civil que poria em risco as instituições democráticas e a ordem política. A tentativa não teve êxito e piorou a situação do presidente trazendo à tona a possibilidade do golpe de Estado. Os setores direitistas acreditavam que com isto Goulart tramava um golpe com o apoio dos militares nacionalistas e as organizações de esquerda que, apesar de acreditarem que não interessava um rompimento político com Goulart naquele momento, despertavam sérias desconfianças sobre ele.

3.2. O Papel do CGT

Durante o governo Goulart, o CGT, apesar de ter demonstrado certa autonomia, apoiou a maioria de suas decisões políticas sobre o pretexto de que a proposta nacional-reformista do PCB, hegemônica dentro do movimento sindical, ser convergente com a proposta do governo Goulart. O acesso fácil que a cúpula dirigente do movimento tinha

ao palácio criou uma idéia mítica em torno do PCB. Luis Tenório de Lima, o Tenorinho, líder sindical da cúpula do CGT e membro do Partido Comunista, conta:

O Movimento Sindical às vésperas do Golpe de 1964 estava em plena ascensão, talvez alcançando um auge que nunca atingira e até hoje insuperado. O CGT era o grande comando, justificando dessa forma ser chamado de "Comando Geral dos Trabalhadores", com influência que extrapolava o movimento sindical. O CGT ia além disso. Ele tinha muita força no Congresso Nacional e alcançava também áreas sociais organizadas, como a Igreja, o movimento rural, estudantes e funcionários públicos, que não tinham sindicato, mas a confederação, uma entidade civil não-sindical (LIMA, 1998, p.92)

Contudo, "estar próximo do governo nem sempre representa estar próximo ao poder" (Navarro, 1985), e a presença dos comunistas no comando das entidades sempre foi vista com receio por Jango.

Consumido pelas grandes batalhas nacionais, o CGT deixou de realizar um trabalho junto às bases sindicais e deve-se notar que a maioria das greves decretadas teve êxito apenas junto às empresas estatais ou controladas pelo governo. No período de 1962-63, o trabalho do CGT junto às bases sindicais foi reduzido, constituindo-se mais em um organismo político do que em organismo sindical. A ineficácia de o chamado Quarto Poder torna-se evidente quando a classe operária assiste em março de 1964, a preparação e execução do golpe sem demonstrar reação alguma. Embora não tenha aderido ao lado dos vitoriosos, a classe trabalhadora se manteve indiferente aos apelos do CGT em defesa da greve-geral anti-golpista.

3.3. 1964 – Do Sonho ao Pesadelo

No último semestre do mandato, o presidente vagava sem rumo pela névoa da crise política e financeira. Durante o ano de 1963 foram realizadas 172 greves de trabalhadores, 17 durante o mês de janeiro só no estado da Guanabara. Para os setores direitistas e o governo estadunidense não restavam dúvidas quanto ao caráter esquerdista do governo Goulart. Os setores conservadores preocupavam-se também com a possibilidade de que Goulart efetuasse reformas na constituição e alterasse o dispositivo legal que proibia sua reeleição.

Os setores esquerdistas tentavam convencer Jango que sua única chance era aliar-se de vez à esquerda. O comício do dia 13 de março foi preparado pelo CGT com o intuito de demonstrar o apoio popular às reformas propostas pelo governo. O Executivo pretendia pressionar o Congresso pela aprovação das reformas propostas. Duzentas mil pessoas, sob a segurança do primeiro Exército, participaram deste comício que representou o maior ato público da chamada democracia populista.

Após um discurso inflamado, João Goulart encerra anunciando dois decretos que despertaram a ira dos conservadores. O primeiro consistia no controle estatal das refinarias de petróleo; o segundo anunciava a desapropriação das terras que ladeavam as rodovias e ferrovias federais. Uma semana após o discurso, o general Castelo Branco, então chefe do Estado Maior do Exército, enviava à alta hierarquia das Forças Armadas um documento no qual fazia sérias considerações sobre a situação político-institucional do Brasil e o ilegal poder do CGT.

A esta altura, setores das classes dominantes e burguesas já tomavam as ruas clamando pela deposição de Goulart. Estas manifestações eram inspiradas em campanhas anticomunistas de outros países e incentivadas pelos militares brasileiros no intuito de legitimar uma intervenção. Após a Revolta dos Marinheiros e a conseqüente demissão do Ministro da Marinha, o golpe teve a data marcada para o dia dois de abril de 1964.

Apesar da eminência do golpe, as lideranças sindicais não se mobilizaram e, ao invés de articular uma resistência junto à base operária, o CGT se ocupava com os preparativos para as comemorações do 1º de maio. Nas palavras de Tenorinho:

Não acreditávamos no golpe, baseados até numa falsa avaliação que o PCB fazia a partir das afirmações do então secretário geral, Luís Carlos Prestes, que afirmava: Se os golpistas puserem a cabeça de fora, nós cortamos. O dispositivo de Goulart cortará a cabeça dos golpistas (LIMA, 1998, p.124).

Na madrugada do dia 31 de março de 1964, dois dias antes da data prevista, o general Mourão Filho põe as tropas a caminho do Rio de Janeiro, consumando, sem resistência alguma, o golpe que daria plenas condições para a intensificação da exploração capitalista no Brasil. Os sindicatos foram invadidos, os principais líderes foram presos ou obrigados a cair na clandestinidade.

4. Sindicalismo Pós-Golpe

Enquanto o golpe ainda não estava firmado, o governo dos militares dizia não haver interesse em alterar os direitos trabalhistas já conquistados. Entretanto, logo foram encaminhadas as primeiras medidas que estabeleciam mudanças nas leis trabalhistas: a Lei do Arrocho salarial, e a revogação da Lei da Estabilidade, exigência do capital internacional que teve como prêmio de consolo a criação do FGTS.

Sob o auspício da “política de alívio” do governo Costa e Silva, o Ministério do Trabalho deu início a um programa de “renovação sindical” destinado a ampliar as funções previdenciárias dos sindicatos, impondo a suas burocracias a tarefa de mediar entre o Estado e a classe trabalhadora. Estipula a Consolidação das Leis do Trabalho que o sindicato deve “colaborar com o governo central”. Tal colaboração é assegurada pelo mesmo código ao autorizar o ministério a cobrar dos sindicatos impostos compulsórios sobre os salários que lhes são em seguida redistribuídos. As percentagens a serem gastas em funções específicas podem ser fixadas por lei. Pelo novo programa, eram elevadas as percentagens destinadas a tratamentos médicos e dentários e a programas permanentes de educação, ficando os sindicatos obrigados a assumir custos sociais com que o Estado de Segurança Nacional já não queria arcar (ALVES, 1985, p.119).

A “política de renovação”, entre os anos 1967 e 1968 criou diversos sindicatos entre trabalhadores rurais e urbanos. Era do interesse do Estado criar um grande número de sindicatos, pois que a estrutura representativa concedia pesos desproporcionais ao pequeno sindicato nas votações. Os sindicatos-fantasmas liderados por pelegos indicados pelo Ministério do Trabalho assegurariam o controle do estado sobre a classe trabalhadora. A estrutura corporativa dos sindicatos não trazia nada de novo, permanecendo essencialmente a mesma desde a criação da CLT em 1943.

A política de renovação sindical, contrariando as expectativas, estimulou o debate e a participação dos trabalhadores nas organizações oficiais. Em 1967, grupos de sindicalistas voltavam a se reorganizar e passaram a formar grupos de oposição sindical, encarregados de retomar os cargos eletivos ocupados por governistas. Nas eleições de 1967, no sindicato dos metalúrgicos em Contagem, Minas Gerais, a oposição sindical formou uma chapa para concorrer com os representantes oficiais. O Ministério do Trabalho vetou o nome de Ênio Seabra e, mesmo diante da vitória da oposição, não retirou o veto.

No dia 16 de abril de 1968, 1.700 trabalhadores da principal fábrica de Contagem tomaram seus encarregados de refém e decretaram greve. Em sete dias a

paralisação já contava com 15.000 trabalhadores que reivindicavam reajuste salarial. Apanhado de surpresa, o Ministério do Trabalho negociou mediante o sindicato, concedendo aumento de 10% aos trabalhadores de Contagem.

O Estado de Segurança Nacional logo tratou de impedir que outros trabalhadores seguissem o exemplo de Contagem. No dia 12 de junho, o Decreto-Lei 5.451 estendia a todos os trabalhadores do país o abono de emergência de 10. O mesmo decreto, entretanto, revogava o limite de três anos para a “Lei do Arrocho Salarial”, tornando permanentes os dispositivos de controle salarial do Estado. Esta medida demonstra como a dialética entre Estado e oposição impôs sua própria lógica às cambiantes estruturas de controle do Estado de Segurança Nacional. Períodos de liberalização combinavam-se a uma repressão seletiva e a reajustes no modelo econômico. Em suas tentativas de resolver as contradições e controlar o conflito, entretanto, o Estado mais se isolava da sociedade civil. O decreto-lei que tornava permanente os dispositivos de controle salarial aumentou a generalizada insatisfação entre os trabalhadores, estimulando o movimento grevista em Osasco. À medida que se elevava a temperatura política, mais atraente se tornava o exemplo de Contagem (ALVES, 1985, p.124)

4.1. Os Trabalhadores de Osasco

A atmosfera de conquista que se instalou em Osasco antes de 1964 parecia ter sobrevivido ao golpe. Osasco também sentiu as conseqüências do golpe, porém, ali o movimento logo se reestruturou somando-se a outras influências. Em 1965, os estudantes secundaristas fundaram o Círculo Estudantil de Osasco. Na empresa Cobrasma, que empregava metade dos metalúrgicos da cidade, havia a Comissão de Fábrica, criada com o papel de mediar as conversas entre patrões e empregados e que, a partir de 1965, sofre intensa politização com a eleição de novas lideranças, algumas do meio estudantil.

Nas eleições de 1967, por conta de sua atuação reconhecida na Comissão de Fábrica da Cobrasma, o operário-estudante, José Ibrahim, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, sendo que o restante da chapa era composto pela esquerda católica. O movimento operário osasquense foi politicamente estruturado e mobilizado pelo grupo de esquerda operário-estudantil ligado a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e que contava também com a atuação de outras organizações de esquerda.

Durante o segundo semestre de 1967, a nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos iniciou a busca da implantação de Comissões de Fábrica, a fim de tomar

conhecimento e apoiar suas reivindicações, e a fazer conexões entre setores dispostos à ação conjunta que não se limitasse à tolerância legislativa. Em maio de 1968, durante um evento na Praça da Sé, membros do MIA (Movimento Sindical Antiarrocho), ao qual o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco era relacionado, decidiram arrancar do palanque dirigentes sindicais considerados pelegos, o que resultou em uma suspensão de 15 dias imposta a Ibrahim pelo Ministério do Trabalho sob ameaça de cassação.

Uma greve é cuidadosamente preparada para novembro daquele ano em Osasco.

A idéia de fazer uma greve em Osasco, com diferentes perspectivas, desenhava-se pelo menos desde o início de 1968, e fora reforçada pelo êxito relativo da greve em Contagem em abril, bem como na Barreto Keller, em Osasco, cujos 300 operários conseguiram um abono salarial e a legalização de uma comissão de fábrica. A greve foi planejada para deflagrar-se em novembro, na data-base para reajuste salarial da categoria, quando, em tese, haveria mais possibilidades de conseguir a adesão de trabalhadores de outros municípios, com dissídios coletivos na mesma data-base. Mas ela acabou sendo antecipada para julho, por exigências "das bases, de elementos do grupo de Osasco e da Frente", além da VPR, segundo Espinosa (p.45). A greve estava marcada por uma "concepção insurrecional", nas palavras de Ibrahim. Imaginava-se que, a partir do exemplo de Osasco, as indústrias de São Paulo tenderiam a aderir ao movimento, enfrentando abertamente a ditadura militar, que estaria socialmente isolada. A greve pouco teve de espontânea, foi planejada, segundo Ibrahim, pelos operários "da comissão, do comitê clandestino e do setor mais avançado da fábrica, que somavam ao todo uns duzentos homens". O plano era ter toda Osasco em greve depois de três dias, estendendo o movimento para São Paulo. Eles haviam planejado, detalhadamente, todo o esquema de ocupação da Cobrasma (p.22) (RIDENTI, 1993, p.183).

Os trabalhadores ocuparam a Cobrasma e paralisaram três das principais fábricas de Osasco. Eles não esperavam ser imediatamente reprimidos, mas a polícia interveio logo no primeiro dia de paralisação, prendendo e espancando diversos trabalhadores. Para escapar da implacável repressão, líderes sindicais tiveram de cair na clandestinidade. A repressão estimulou uma grande adesão por parte dos trabalhadores nas organizações armadas.

Considerações Finais

Desde o início do período de redemocratização, o PCB representou a maior organização de esquerda do país, sendo presença hegemônica dentro do movimento sindical durante todo este período. Porém, a política de conciliação de classes propostas pelo partido acabou privando os trabalhadores de uma perspectiva de classe e o CGT

desgastou-se em batalhas políticas nacionais, afastando-se das militâncias da base operária. O Partido Comunista acabou transformando o CGT uma organização muito mais política do que sindical.

Na sociedade brasileira, no princípio da década de 1960, líderes populistas nacionalistas, como Goulart e Brizola, movimentos sindicais, as ligas Camponesas, o próprio PCB e outras entidades eram, de alguma forma, representantes das massas trabalhadoras. O golpe foi dado quando tal representação ameaçou sair dos marcos da ordem capitalista, com a tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para constituírem propriamente uma classe. Os representantes do “povo” no pré-64 não se revelaram capazes de dar uma salto na qualidade de suas representações, conduzindo a uma resistência ao golpe, que poderia ter alterado a História. Jango e assessores civis e militares, Brizola e nacionalistas, trabalhistas e comunistas, porque não pudessem ou porque não quisessem, não tentaram o salto de representação das “massas”, do “povo”, para representantes da classe trabalhadora; isto teria exigido a resistência imediata, que não houve, para surpresa dos golpistas (RIDENTI, 1993, p.244).

Para caracterizar a derrota da esquerda brasileira em 1964, Ridenti faz uso das palavras de Marx, em *O Dezoito Brumário*, onde é traçada a trajetória do Partido da Ordem desde representante por excelência da classe burguesa francesa, até o momento em que o partido fica preso na trama política, perdendo, sem se dar conta, tal representação.

Os representantes, por sua vez, ludibriaram a pequena Burguesia, pelo fato de que os seus pretensos aliados do exército não apareceram em lugar nenhum. Finalmente, em vez de ganhar forças com o apoio do proletariado com sua própria franqueza e, como costuma acontecer com os grandes feitos dos democratas, os dirigentes tiveram a satisfação de poder acusar o povo de deserção, e o povo a satisfação de poder acusar seus dirigentes de o terem iludido (RIDENTI, 1993, p.244).

A derrota sofrida em abril de 1964 provocou uma crise até hoje não superada pela esquerda brasileira, inclusive pelo movimento sindical e o próprio PCB. A derrota revelou que o movimento sindical, aparentemente forte e estruturado, por estar atrelado a um partido que o privava de uma perspectiva enquanto classe trabalhadora, jamais teve a força que se atribuiu a ele.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, Ricardo. *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. 3. ed. São Paulo: Cortez, Ensaio, Autores Associados, 1990.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira da luta perdida a revolução armada*. São Paulo: Ática, 1987.

LIMA, Luiz Tenório de. *Movimento sindical e luta de classes*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Governo Goulart e o golpe de 64*. 10. ed. Brasília: Brasiliense, 1982.

WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe O Movimento operário da década de 80*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sudermam, 2004.